



Bibliotecas universitárias na Agenda 2030: discutir e atingir a igualdade de gênero

University libraries in the 2030 Agenda: discussing and achieving gender equality

Caroline Ivanski Langer, Universidade Federal do Paraná – caroline.langer@hotmail.com

Aline Gomes de Brito Vieira Paternes, Universidade Federal do Paraná – alinepaternes@hotmail.com

Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o ODS 5 da Agenda 2030, referente à igualdade de gênero, buscando verificar intervenções cabíveis a bibliotecas universitárias para sua efetivação. A Agenda 2030 é promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo entrado em vigor no ano de 2016 e incluído 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que constituem, para os próximos anos, as prioridades da comunidade internacional.

Os países signatários da Agenda 2030, dentre os quais se incluem o Brasil, devem mobilizar esforços para cumprir com os objetivos e metas propostos. A reflexão para transformação deve ser empregada em todos os setores, pois os ODS atuam em variadas dimensões econômicas, sociais e ambientais (ONUBR, 2016).

Pensar, portanto, acerca de papéis específicos de instituições na conquista de cada objetivo é valorizar sua realidade e especificidade. O que está internacionalmente e teoricamente pautado deve ser analisado sob uma ótica reflexiva para produzir efeitos significativos e duradouros, visando impactar a realidade mundial de forma efetiva. Assim, reflete-se o papel da instituição da biblioteca universitária no compromisso internacional, mais especificamente em relação ao objetivo da conquista da igualdade de gênero.

Busca-se elencar possíveis caminhos e ações para a biblioteca universitária promover a igualdade de gênero, entendida pela ONU como “igualdade em direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens, bem como das meninas e dos meninos” (ONUBR, 2016, p. 17).



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A trajetória da conquista feminina do direito à educação no Brasil envolveu uma série de lutas que vão desde a oficialização da escolarização primária pública até a ampla conquista do direito de cursar uma faculdade. Esses avanços ocorreram durante todo o século XIX e se aperfeiçoaram no século XX quando, por exemplo, as mulheres passaram a ser a maioria nas matrículas e conclusões em todos os níveis de escolaridade, incluindo o superior, ao final da década de 1990 (SILVA; PRESTES, 2018).

É importante perceber, entretanto, que a presença conquistada da mulher no Ensino Superior não está alinhada a uma noção de igualdade. Primeiramente, a escolarização básica feminina, oficializada em 1827, distinguia o ensino conforme gênero do aluno, limitando às meninas noções básicas de leitura e escrita, economia doméstica e quatro operações aritméticas (SILVA; PRESTES, 2018). Da mesma forma, quando o Decreto Imperial de 1879 permitiu às mulheres cursarem uma faculdade, o “hiato de gênero” (BELTRÃO; ALVES, 2009) somente seria superado um século depois – ou seja, até então não havia uma presença considerável das mulheres nas instituições de Ensino Superior.

Ainda assim, desde quando essa presença foi efetivada até os dias de hoje, em que a presença feminina no Ensino Superior supera a masculina (CAPES, 2016), o que se nota é “que as mulheres continuam subrepresentadas em cursos das Ciências Exatas, Naturais e Tecnologias, como as Engenharias” (SILVA; PRESTES, 2018, p. 194). O levantamento de 2016 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também coloca que, quando analisadas as pós-graduações e metrados, as mulheres novamente constituem maioria: 60,6% e 55%, respectivamente.

Todo o esmero feminino, coletivo e individual, em relação a essas conquistas é posto à prova quando sua atuação profissional, para a qual a educação superior a capacitou e especializou, possui remuneração menor do que o mesmo serviço prestado por um homem. Verifica-se que as mulheres, além de constituírem minoria em áreas como Tecnologia, profissionalmente tendem a demorar mais para lograr



promoções ou cargos superiores. Essa discrepância não é devido ao fato de lacunas em sua formação, mas sim do gradual estreitamento de oportunidades (GONTIJO; MELLO, 2017). Percebe-se, assim, que a entrada e presença da mulher no Ensino Superior está imersa em opulenta desigualdade, enraizada a ponto de não ser necessariamente percebida de modo óbvio, o que demonstra a relevância da problematização da atual situação.

Diante desse cenário, com vistas a combatê-lo e promover o cumprimento com o ODS5, Silva e Prestes (2018, p. 197) concebem que as instituições de Ensino Superior, enquanto agentes sociais e culturais, “deveriam promover a emancipação de mulheres e homens através da formação acadêmica/profissional. E enquanto agente político, deveriam promover uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam as desigualdades”. Afinal, a educação continua sendo, como concebeu a educadora e escritora Nísia Floresta ainda na primeira metade do século XIX, o principal instrumento para a libertação feminina (FLORESTA, 1989).

Para isso, a ONU (2017) postula que é tarefa das instituições de Ensino Superior adotar medidas para “mudar as normas e atitudes tradicionais, bem como as práticas organizacionais das escolas que militam contra a livre escolha das meninas de prosseguirem em áreas de estudo não tradicionais, particularmente em áreas tecnológicas”. Da mesma forma, Silva e Prestes (2018, p. 204) entendem que é imprescindível “um investimento em políticas de mudança cultural”, citando como exemplo o programa Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação lançado em 2013 como parceria entre o MCTI, CNPQ e a Petrobras.

3 MÉTODO DA PESQUISA

O estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que englobou duas etapas. O primeiro momento compreendeu pesquisa referente à história da educação feminina no Brasil e atual presença da mulher no Ensino Superior, sob a luz das considerações teóricas de Caetano e Fernandes (2014), Nunes (2016), Silva e Prestes (2018), e Stroparo e Moreira (2021). A segunda etapa da pesquisa, por sua vez, considerou os posicionamentos emitidos pelos órgãos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e International



Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) quanto ao papel das bibliotecas no cumprimento da Agenda 2030 como um todo – e, mais especificamente, quanto ao ODS5. Assim, foi possível tecer entendimentos acerca da instituição da biblioteca universitária enquanto espaço de discussão de gênero e promoção de igualdade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relatório da IFLA, *Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas (2016)*, visualiza as instituições das bibliotecas enquanto fundamentais para o cumprimento com os 17 ODS. Para associação internacional, as bibliotecas impulsionam o progresso e implementação da Agenda 2030 ao promover o desenvolvimento sustentável e maior qualidade de vida para as pessoas através do crescente acesso à informação e ao conhecimento (IFLA, 2016).

No que tange às desigualdades a serem combatidas por bibliotecas ao redor do globo, a associação elaborou um estudo que explicita que minorias nacionais, étnicas, religiosas, sexuais e linguísticas são as atingidas nesse sentido, tendo seu acesso à informação, ao conhecimento e oportunidades de aprendizagem prejudicados (IFLA, 2018). Ainda segundo o estudo, “essa desigualdade pode ser particularmente grave para mulheres, que são menos prováveis de ter acesso a, primeiramente, conexões significativas, devido à persistente exclusão digital de gênero (p. 1, tradução nossa).

Nesse sentido, a biblioteca universitária cumpre um papel essencial na democratização do acesso ao conhecimento científico e acadêmico, a mulheres. “As bibliotecas universitárias devem ser entendidas enquanto co-produtoras de conhecimentos na academia” (CAETANO; FERNANDES, 2014, p. 155), pois realizam o ordenamento informacional que viabiliza a formação de pesquisadores e a produção de conhecimento.

A função básica da biblioteca universitária é auxiliar a comunidade acadêmica e estudantil na condução de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim contribuindo na promoção do conhecimento (CAETANO; FERNANDES, 2014). Dentro



desse papel está inserido, também, subjetivamente o dever de estímulo do acesso à cultura e pensamento crítico, incentivo ao conhecimento e ao respeito. Essa é sua função de agente cultural (NUNES, 2016).

Assim, é imprescindível que os profissionais de uma biblioteca universitária conduzam estudos para verificar se os serviços estão sendo ofertados de acordo com as necessidades de seus usuários (STROPARO; MOREIRA, 2021). Para isso, “a(o) bibliotecária (o) precisa refletir e pensar nas possibilidades que contemplem o público dentro dos limites da instituição, para inserir a pluralidade em seu acervo e em meio a suas ações e potenciais” (NUNES, 2016, p. 13).

Se tratando da igualdade de gênero, as instituições de Ensino Superior e governos devem focar na democratização da admissão, do engajamento e sucesso acadêmico e profissional das mulheres, sem distinção entre sexos para o acesso ao conhecimento.

Como visto anteriormente, dentro do público atendido pelas bibliotecas universitárias estão as mulheres, que atualmente constituem maioria nas instituições de Ensino Superior (CAPES, 2016). As ações propostas e os serviços prestados pela biblioteca universitária, então, devem ser pensados a partir da consideração desse público e de suas características, a fim de que exista um sentimento de identidade. Para que a biblioteca não seja apenas um acervo e/u instalação física, mas também um ambiente de interação entre seus frequentadores, um espaço de trocas e construção do conhecimento:

Na biblioteca universitária existe a necessidade de uma abordagem que reflita o público, seja um público real ou um público ideal, ações que representem a instituição e principalmente as (os) usuárias (os) que tragam sentido a comunidade universitária e busquem uma reflexão acerca de temas inerentes a sociedade como discussões de gênero sexualidades, relações étnico-raciais advindas da diversidade cultural (NUNES, 2016, p. 18-19)

Tanto mulheres quanto homens possuem as mesmas necessidades informacionais. Isto é, não há uma distinção em função do sexo que prescreva uma ou outra forma de lidar e acessar informação relevante. Apesar disso, a desigualdade de gênero apontada, especialmente no ambiente do Ensino Superior, merece reflexão e ação para ser neutralizada.



Nesse cenário, podem ser apontadas o que a IFLA (2018) denomina “boas práticas”. De modo amplo, as associações de bibliotecas e profissionais de informações, quando discorrem sobre o ODS5 da Agenda 2030, tendem a generalizar sugestões para todos os tipos de instituições da informação. A biblioteca universitária, portanto, precisa filtrar essas práticas, adaptá-las às suas realidades e, até mesmo, conceber novas.

A IFLA (2016, 2017, 2018) entende que as bibliotecas, de forma geral, podem apoiar o objetivo de conquista da igualdade de gênero mediante a provisão de dois principais pontos. O primeiro seria o oferecimento de espaços de encontros seguros e agradáveis, resultados da elaboração de programas e serviços pensados para suprir as necessidades de mulheres e meninas sobre seus direitos, saúde feminina, violência contra a mulher e igualdade de gênero. O segundo ponto concerne ao acesso à informação, tecnologias e programas de alfabetização que permitam às mulheres a construção de habilidades empreendedoras para inserção no mundo dos negócios.

Voltando-se especialmente à realidade da biblioteca universitária, tanto da instituição de Ensino Superior pública quanto privada, propostas elaboradas para este ambiente são discutidas por Nunes (2016, p. 33):

Questões feministas devem implantar na biblioteca autoras, assim como materiais com estudos feministas e discussões sobre comportamento e gênero para assim diminuir o número de agressões contra mulheres na sociedade e tornar a sociedade mais igualitária, a importância de se ter autoras feministas é dar exemplos as meninas que irão crescer e compreenderem que podem fazer o que quiserem [...]

O autor entende a biblioteca universitária enquanto espaço frequentado e utilizado por usuários potencialmente pertencentes às minorias sociais. Devem ser oferecidos serviços que contribuam à construção de identidades e permanência dessas pessoas no nível superior de ensino. Serviços que também possibilitem o auxílio de sua representação digna e combate ao preconceito (NUNES, 2016).

Citam-se, para isso ações culturais, palestras, informações e mesas redondas, a partir de exposições (fotográficas ou de multimeios), oficinas e apresentações artísticas (NUNES, 2016). Pode ser estimulado o debate e a reflexão acerca dos



feminismos e estudos de gênero a partir de clubes do livro encabeçados pela biblioteca.

Num sentido básico de cumprimento com suas atividades principais, as bibliotecas precisam valorizar as pesquisas das estudantes universitárias a partir da disponibilização de serviços especializados efetivos, para alunas e alunos, de auxílio informacional e aquisição de material adequado. Como ações mais específicas, podem também ser consideradas pelas bibliotecas universitárias ações como reuniões periódicas em espaços privados da biblioteca para expressão livre dessas mulheres (IFLA, 2016) como forma de promover um espaço seguro de construção de identidades e denúncia de violência.

Aperfeiçoamentos profissionais são uma opção para a capacitação das estudantes universitárias, visando aumentar seu bem-estar econômico e estimular a emancipação financeira; e podem ser promovidos, por exemplo, cursos como leitura, escrita, matemática, idiomas, atitudes empreendedoras e fabricação de produto. Da mesma forma, treinamentos em qualidade de vida, saúde mental, conhecimentos digitais e tecnologias estão dentre ações que podem ser desempenhadas por e dentro das bibliotecas universitárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou tecer considerações acerca da desigualdade à qual estão submetidas as mulheres no nível superior de ensino e propor formas de suavizar essas opressões a partir de possíveis ações das bibliotecas universitárias. Com base na pesquisa empreendida, pôde-se verificar que a presença da mulher no Ensino Superior sempre esteve associada a desigualdades. Se hoje em dia elas constituem maioria nessas instituições, tanto na graduação quanto na pós-graduação, ainda assim o gendramento as impede de explorar todas as áreas do conhecimento livremente e as limita às consideradas “femininas”, as afastando das “masculinas”, geralmente mais bem pagas.

As recomendações às bibliotecas universitárias para atingir a igualdade de gênero aqui foram elaboradas com base nos relatórios da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e da pesquisa de Nunes, referente ao



papel das bibliotecas universitárias na discussão de gênero e sexualidades. Nesse sentido, as sugestões englobaram ações práticas que empoderem mulheres estudantes e pesquisadoras, tais como a criação de clubes do livro e oficinas profissionalizantes com vistas à construção coletiva de um espaço seguro para construção e valorização das identidades femininas.

Por fim, ressalta-se que as opções aqui levantadas de modo algum são as únicas existentes. É importante verificar que respeitar a realidade específica de cada biblioteca é essencial, pois é de acordo com seu próprio público que essas ações devem ser tomadas. Por exemplo, material referente à estudos de gênero podem, mesmo tratando de um ponto essencial à conquista da igualdade de gênero, podem ser adquiridos ou não. Isto porque a biblioteca deve considerar o interesse de estudo das próprias usuárias. Deve-se analisar à fundo suas principais necessidades e pontos a serem apoiados.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio. A reversão do hiato de gênero na Educação Brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

CAETANO, Ana Carolina de Souza; FERNANDES, Geni Chaves. Temas de uma agenda política para as bibliotecas universitárias: a ótica de discentes de pós-graduações mineiras. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v. 12, n. 2, mai./ago. 2014, p. 150-172. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1608>. Acesso em: 07 out. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **GEOCAPES Dados Estatísticos**, 2016. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>. Acesso em 06 nov. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Bibliotecas por um mundo melhor**: Agenda 2030. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GONTIJO, Míriam Rabelo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Da inserção ao empoderamento: análise da trajetória de diretoras de instituições privadas de Ensino Superior de Belo Horizonte. **READ**. Porto Alegre. v. 23, p. 126-157, 2017.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/RKjHpXHxGrLJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2021

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Minorities, Equal Participation, Social and Economic Development, and the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Repositório FEBAB, 2018. Disponível em: https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/hq/ifla_-_minorities_equal_participation_social_and_economic_development_and_the_2030_agenda_for_sustainable_development.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas**. Repositório FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 08 nov. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Agenda 2030 e como as bibliotecas podem contribuir com a sua implementação**. Repositório FEBAB, 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/438> Acesso em: 08 nov. 2021.

NUNES, Luiz Felipe Pereira. **Biblioteca universitária como espaço de discussão em gênero e sexualidades**. 2016, 55 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: [https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11348/3/TCCG-Biblioteconomia-Luiz Felipe Pereira Nunes.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11348/3/TCCG-Biblioteconomia-Luiz%20Felipe%20Pereira%20Nunes.pdf). Acesso em: 27 out. 2021.

ONU BR. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasil: Nações Unidas no Brasil, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SILVA, Shirleide Karla de Oliveira; PRESTES, Emília Maria de Trindade. Igualdade de gênero no Ensino Superior: avanços e desafios. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 191-209, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/43564/21613>. Acesso em: 27 out. 2021.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, Santa Maria, v. 46, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 14 out. 2021.